

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**A INFLUÊNCIA DOS RESULTADOS EXTRA-OPERACIONAIS**  
**EM RELAÇÃO AO LUCRO OPERACIONAL**

**MÁRCIO DE OLIVEIRA**

**FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA**

**1996**

**MÁRCIO DE OLIVEIRA**

**A INFLUÊNCIA DOS RESULTADOS EXTRA-OPERACIONAIS  
EM RELAÇÃO AO LUCRO OPERACIONAL**

Monografia apresentada para obtenção do  
Grau de Bacharel em Ciências Contábeis,  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientador: Guilherme Júlio da Silva

**FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA**

**1996**

# "A INFLUENCIA DOS RESULTADOS EXTRA OPERACIONAIS EM RELAÇÃO AO LUCRO OPERACIONAL"

autor: Acadêmico(a). MARCIO DE OLIVEIRA

Esta monografia foi apresentada como trabalho de conclusão no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de 9,5 atribuída pela banca constituída pelos professores abaixo nominada .

Fiorianópolis, 04 de dezembro de 1996



Prof. ADALBERTO NIENKOTTER  
Coordenador de Monografia do CCN

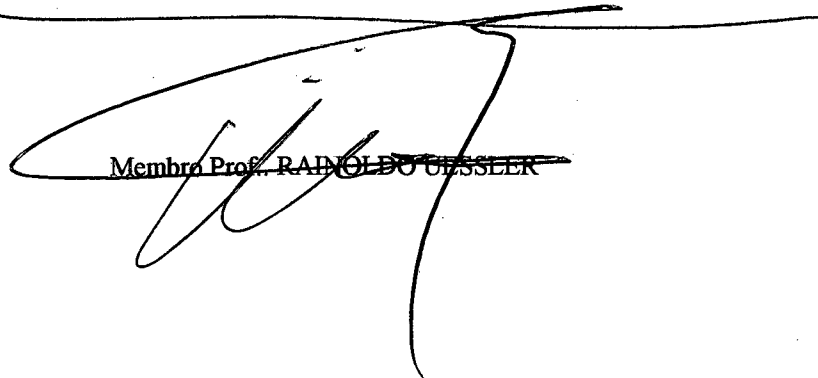
Professores que compuseram a banca:



Presidente Prof. GUILHERME JÚLIO DA SILVA



Membro Prof RUBENS DINIZ



Membro Prof. RAINOLDO CRESSLER

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, porque sem vós nada poderia ter feito.

Ao Professor Guilherme Júlio da Silva, pela orientação e dedicação nesse período de pesquisa.

Ao inesquecível Laudelino Prazeres de Oliveira, pelo exemplo de Pai e ensinamentos de companheiro que me proporcionou, e a minha adorável Mãe, Ana Maria pelo amor e carinho.

Especialmente a você, Marselle Goulart pela atenção, paciência e amor nos momentos mais difíceis.

E a todos que participaram direta ou indiretamente na elaboração deste trabalho, o meu muito obrigado.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO .....</b>	<b>ii</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
1. Considerações Introdutórias .....	01
1.1. Introdução .....	02
1.2. Objetivos da Pesquisa .....	03
1.3. Organização do Trabalho .....	04
<b>CAPÍTULO II</b>	
2. Metodologia da Pesquisa .....	05
2.1. Metodologia Aplicada .....	06
2.2. Limitações da Pesquisa .....	06
<b>CAPÍTULO III</b>	
3. Revisão Bibliográfica .....	08
<b>CAPÍTULO IV</b>	
4. Discussão .....	16
<b>CAPÍTULO V</b>	
5. Análise .....	21
<b>CAPÍTULO VI</b>	
6. Conclusões e Sugestões .....	29
6.1. Conclusões .....	30
6.2. Sugestões .....	31
<b>ANEXOS .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - Notas de Rodapé .....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>37</b>

## **RESUMO**

A Lei das Sociedades por Ações não é clara quanto à definição e evidenciação dos resultados “operacionais” e “não operacionais” na Demonstração do Resultado do Exercício. Os autores consultados definem, mas surgem diversas classificações, ocasionando várias interpretações. A Legislação Fiscal apenas conduz para as baixas do ativo permanente como sendo a única diferença.

Para a análise das demonstrações financeiras com enfoque gerencial, a definição dos resultados torna-se necessário, pois permite a correta interpretação sobre o desempenho operacional da organização. Tal referencial teórico permite classificar os resultados em: Operacionais e Extra-Operacionais.

Em função da posição sugerida, é apresentada a forma mais adequada de evidenciar os resultados operacionais na demonstração do resultado de modo que o lucro operacional gerado pelas atividades típicas não seja influenciado por resultados extra-operacionais.

## **CAPÍTULO I**

### **CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS**

## **1. Considerações Introdutórias**

### **1.1. Introdução**

Desde os primórdios da contabilidade, os homens buscavam de alguma forma controlar o patrimônio. Através deste controle, começou a procura acentuada da informação, que por sua vez tem nos relatórios contábeis a ferramenta principal para a avaliação e variação do crescimento da empresa.

Em vista disso, a contabilidade passou a enfrentar problemas, pois precisava fornecer informações para a tomada de decisões a usuários não conhecidos, com objetivos diversos, bem como usuários conhecidos, mas com decisões particulares.

Buscando o que, para quem, e como evidenciar a informação contábil é que hoje, há uma procura para fazer das demonstrações contábeis, relatórios cada vez mais elaborados, procurando evidenciar de maneira mais objetiva os fatos ocorridos. Dentre as demonstrações conhecidas temos a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, cujo objetivo é apresentar as operações realizadas, bem como demonstrar o resultado do período.

A Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, dispõe sobre as Sociedades por Ações e, ao tratar especificamente da Demonstração do Resultado do Exercício, no artigo 187, cita como esta deve ser elaborada, apresentando os resultados decorrentes da operação da empresa e os resultados não operacionais, mas em toda sua redação este artigo não é claro quanto à definição desses itens.

Os resultados operacionais são aqueles relacionados diretamente com o objeto principal da empresa, e os não operacionais estão ligados com a venda



ou a baixa do Ativo Permanente.

Para melhor identificar a pesquisa, precisa-se demonstrar os fatos extra-operacionais, que por alguma razão afetam os resultados das empresas. Estes fatos extra-operacionais são situações que não ocorrem com frequência e são diferentes da atividade principal da empresa.

A Lei nº 6.404/76 não é clara quanto à evidenciação de vários aspectos, que para a análise gerencial é de fundamental importância, segundo MATARAZZO <sup>1</sup> “a análise permite uma visão da estratégia e dos planos da empresa e ainda estima o seu futuro, suas limitações e suas potencialidades, portanto os resultados precisam ser bem definidos para observar a que ponto estão sendo distorcidos”.

Por isso pretende a pesquisa, verificar a influência dos resultados extra-operacionais no Lucro Operacional.

## **1.2. Objetivos da Pesquisa**

### **Objetivo Geral**

Verificar a influência dos resultados extra-operacionais em relação ao Lucro Operacional.

### **Objetivos Específicos**

São objetivos decorrentes do objetivo geral:

- Revisão bibliográfica sobre receitas e despesas operacionais e extra-operacionais sob a luz da Lei nº 6.404/76 - Sociedade por Ações - e literatura pertinente.

- Apresentar uma forma objetiva de reestruturação da Demonstração do Resultado do Exercício para fins de análise gerencial.
- Análise da Demonstração do Resultado do Exercício de uma empresa industrial de capital aberto.

### **1.3. Organização do Trabalho**

A presente pesquisa foi dividida em seis capítulos, sendo que no primeiro capítulo trata-se das considerações iniciais, seus objetivos e sua organização.

O segundo contém a metodologia aplicada e as dificuldades encontradas para a realização do trabalho.

A fundamentação teórica é tratada no terceiro capítulo onde são relatadas as informações coletadas nas literaturas contábeis.

A discussão do que seriam resultados “operacionais” e “não operacionais” para fins de análise gerencial da demonstração do resultado do exercício, é o assunto abordado no quarto capítulo.

No quinto é apresentada a DRE reestruturada para a análise e verificado a influência dos resultados operacionais e extra-operacionais no lucro operacional.

No sexto e último capítulo são apresentadas as conclusões gerais e algumas sugestões para futuros trabalhos.

## **CAPÍTULO II**

### **METODOLOGIA DA PESQUISA**

## **2. Metodologia da Pesquisa**

Este capítulo relata a metodologia aplicada para alcançar os objetivos propostos. Para melhor descrevê-lo, o mesmo está dividido em metodologia aplicada e limitações da pesquisa.

### **2.1. Metodologia Aplicada**

O trabalho consiste em pesquisa bibliográfica. Assim com o intuito de fundamentá-lo, realizou-se inicialmente coleta do material bibliográfico.

A pesquisa estendeu-se então para o manuseio de vários livros para selecionar o material.

Em seguida fez-se uma triagem do material coletado e iniciou-se a leitura aprofundada do mesmo.

Com o objetivo de facilitar o entendimento do trabalho, foram incluídos, exemplos numéricos com base na teoria apresentada.

No decorrer do estudo fizeram-se necessárias diversas citações, cujas obras encontram-se relacionadas no final desta monografia.

### **2.2 Limitações da Pesquisa**

A principal limitação da presente pesquisa é decorrente do tempo disponível para a sua realização. Devido ao fato do seu desenvolvimento se dar conjuntamente com as disciplinas do curso de graduação, há um prejuízo

evidente em termos de aproveitamento do conteúdo temático.

## **CAPÍTULO III**

### **REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### 3. Revisão Bibliográfica

O registro dos fatos contábeis, realizado de forma sistemática e cronológica, não é suficiente para atingir a finalidade informativa a que se destina a contabilidade, dada a imensas variações patrimoniais existentes. Para organizar os fatos contábeis se faz necessário o levantamento das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis fornecem uma série de dados sobre as empresas, de acordo com as normas contábeis. A análise das demonstrações transforma esses dados em informações úteis ao desenvolvimento das empresas.

A análise das demonstrações contábeis é importante para observar o desempenho econômico-financeiro das empresas em um determinado período, possibilitando interpretações da situação atual e projetando tendências futuras.

Antes de iniciar a análise porém, devem-se examinar detalhadamente as demonstrações contábeis. Esta etapa serve para padronizá-las para uma crítica posterior.

A Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, estabelece em seu artigo 176, a padronização das demonstrações financeiras (demonstrações contábeis). No presente trabalho será dada uma atenção especial para a Demonstração do Resultado do Exercício, que daqui em diante será denominada simplesmente DRE.

Segundo MATARAZZO <sup>2</sup> a estrutura básica da DRE, obedecendo o que prescreve a Lei nº 6.404 em seu artigo 187, discriminará os seguintes elementos:

## Demonstração do Resultado do Exercício

Receita Bruta das Vendas e Serviços

(-) Devoluções

(-) Abatimentos

(-) Impostos

**(=) Receita Líquida das Vendas e Serviços**

(-) Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos

**(=) Lucro Bruto**

(-) Despesas com Vendas

(-) Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras)

(-) Despesas Gerais e Administrativas

(-) Outras Despesas Operacionais

(+) Outras Receitas Operacionais

**(=) Lucro ou Prejuízo Operacional**

(+) Receitas não Operacionais

(-) Despesas não Operacionais

(+) Saldo da Correção Monetária

**(=) Resultado do Exercício antes do Imposto de Renda**

(-) Imposto de Renda e Contribuição Social

(-) Participações de Debêntures

(-) Participação dos Empregados

(-) Participação de Administradores e Partes Beneficiárias

(-) Contr. p/ Instit. ou Fundo de Assistência ou Previdência de Empregados

**(=) Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício**

**(=) Lucro ou Prejuízo por Ação**



De forma geral, segundo MATARAZZO <sup>3</sup>, as principais contas da DRE, possuem as seguintes características:

**1 - Receita Operacional Bruta:** Refere-se ao valor bruto faturado. O faturamento representa o ingresso bruto dos recursos externos provenientes das operações normais da empresa.

**2 - Deduções das Vendas:** São os itens redutores da receita bruta como as deduções, os abatimentos e os impostos incidentes sobre a receita.

**3 - Custo das Mercadorias/Produtos e Serviços Vendidos:** Para as empresas comerciais e industriais seria caracterizado pela compra de mercadorias para serem revendidas e fabricação de produtos, e no caso das empresas prestadoras de serviço, corresponde ao custo incorrido para a prestação do serviço.

**4 - Despesas Operacionais:** As despesas operacionais, compreendem as despesas necessárias para a empresa funcionar, isto é, vender, administrar e financiar suas atividades. São compostas por:

- Despesas com Vendas;
- Despesas Administrativas;
- Despesas Financeiras (deduzidas das Receitas Financeiras).

**5 - Outras Receitas e Despesas:** Compreende as receitas e despesas oriundas das atividades acessórias do objeto social da empresa.

**6 - Demais Contas da Demonstração do Resultado:** Após a apuração do lucro operacional, surgem diversos itens na demonstração. Primeiramente são os Resultados não Operacionais, que representam receitas e despesas, ganhos e perdas não previsíveis, em seguida tem-se o Saldo da Correção Monetária, a Provisão para o Imposto de Renda e as Participações nos Lucros (gratificações aos empregados, participações de administradores, debenturistas etc.).

**7 - Lucro Líquido:** Representa o resultado final alcançado pela empresa,

após remunerar todos os fatores da produção, exceto o capital próprio.

Como a DRE possui uma composição sintética dos componentes patrimoniais, a ela recorre-se quando desejamos conhecer os diferentes aspectos da situação patrimonial. Sendo uma demonstração sintética, não oferece informações detalhadas sobre o estado patrimonial e sobre suas variações, daí a necessidade de ser analisada mais detalhadamente.

Para possibilitar a compreensão das análises da DRE, é necessário uma disposição racional de seus componentes, a qual constitui um princípio básico desta arte contábil.

Com a finalidade de atender este princípio básico, a DRE é submetida a um processo de reestruturação fundamental, do qual derivam todas as demais informações necessárias para os efeitos da análise da demonstração do resultado.

Tendo em vista a necessidade de obter resultados mais significativos sobre a situação patrimonial das empresas, faz-se necessário a reformulação da demonstração do resultado prevista pela Lei nº 6.404.

SCARPARO e PEREIRA <sup>4</sup>, falam sobre reformulação da DRE, se referindo às formas de apresentação estabelecidas na Lei nº 6.404, como formas que não satisfazem a finalidade dos padrões essenciais para a análise.

A literatura consultada mostra que diversos autores apresentam formas diferentes de reestruturar a DRE.

MATARAZZO <sup>5</sup> mostra a DRE da seguinte forma:

**Receita Líquida**

(-) Custo dos Produtos Vendidos

= Lucro Bruto

(-) Despesas Operacionais

(±) Outras Receitas/Despesas Operacionais

= **Lucro Operacional** (antes dos resultados financeiros)

(+) Receitas Financeiras

(-) Despesas Financeiras

= **Lucro Operacional**

(±) Resultado não Operacional

**Lucro Antes I.R.****Lucro Líquido**

Como foi observado, os resultados financeiros são alocados de forma separada das despesas operacionais que segundo o autor reclassifica-se dessa forma para poder se apurar o lucro das empresas independentemente de sua estrutura de capital, porque os resultados financeiros dependem do volume de empréstimos tomados.

De forma esquemática a DRE reestruturada segundo SCARPARO e PEREIRA <sup>6</sup> e VERTES <sup>7</sup>, poderia ser apresentada da seguinte forma:

(+) Receita Operacional

(-) Custo Operacional

(=) Lucro Operacional

(+) Receita Extra-Operacional

(-) Custo Extra-Operacional

(=) Lucro Extra-Operacional

Os autores citados acima, adotam este procedimento tendo em vista o objetivo básico da apuração do resultado e da análise das demonstrações, classificando a DRE em dois grupos: operacional e extra-operacional.

STEINSTRASSER <sup>8</sup>, reclassifica a DRE, intitulando-a como Balanço de Resultados, e apresentando-a da seguinte forma:

(+) Receita Operacional

(-) Custo Operacional

- Custo das Vendas de Mercadorias e Serviços
- Custo com Pessoal
- Custo com Impostos
- Custo com Promoção de Vendas
- Custos Diversos

(+) Receita Extraordinária

- Juros Recebidos
- Descontos Obtidos

(-) Custo Extraordinário

- Custo Financeiro
- Descontos Concedidos

O autor estrutura a DRE desta forma, para colocar na devida ordem os elementos informativos do balanço de resultados e evitar que os mesmos sejam dispostos de forma heterogênea, ou seja, o balanço de resultados deve ressaltar com exatidão as transações normais efetuadas pela empresa, identificados como operacional, e as extraordinárias como alheias ou esporádicas sem relação direta com o objetivo estabelecido pelo ramo de atividade do empreendimento.

Já a maioria dos autores consultados, classificam as despesas e receitas financeiras como não operacionais. Isso pode ser constatado em WALTER <sup>9</sup>, HERRMANN JÚNIOR <sup>10</sup>, IUDÍCIBUS <sup>11</sup> e em BRAGA <sup>12</sup>. Todos assumem a posição, na qual o lucro operacional deve corresponder ao resultado das operações principais da entidade, independentemente das despesas geradas pelos empréstimos e financiamentos e das receitas oriundas das aplicações de recursos temporariamente disponíveis. Dessa forma, para eles a reestruturação da DRE, ficaria desta maneira:

Receita Operacional Bruta

(-) Deduções

(=) Receita Operacional Líquida

(-) Custo das Mercadorias ou Serviços Vendidos

(=) Lucro Bruto

(-) Despesas com Vendas

(-) Despesas Gerais e Administrativas

(=) Lucro Operacional

(±) Despesas/Receitas Financeiras

(±) Outras Despesas/Receitas Operacionais

(±) Despesas/Receitas não Operacionais

(=) Lucro Antes I.R.

(-) Imposto

(-) Participações

(=) Lucro Líquido

Como pode ser observado, a evidenciação da Demonstração do Resultado reestruturada, possui várias formas de ser apresentada. Isso ocorre devido a entendimentos diferenciados do que seja “operacional” e “não operacional”, surgindo daí resultados diferentes decorrentes da operação principal, ou seja, do lucro operacional.

Desta forma pretende o próximo capítulo discutir o que sejam resultados de natureza “operacional” e “não operacional” para fins de análise gerencial.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISCUSSÃO**

#### 4. Discussão

Como foi visto no capítulo anterior, os autores consultados reestruturaram a DRE, para fins da análise econômica-financeira, de diversas formas, ocasionando com isso o surgimento de nomenclaturas e classificações diferentes sobre o que seria “operacional” e “não operacional”. Em virtude disso fez-se necessário uma consulta, em obras de alguns autores brasileiros, a fim de esclarecer o assunto.

No que se refere aos resultados “Operacionais”, não há divergência entre os autores consultados, todos concordam que estes resultados decorrem das operações normais do negócio. Já no que se refere aos resultados “Não Operacionais”, não se pode dizer o mesmo, há divergências no conteúdo e na forma de se referir a estes resultados.

STEINSTRASSER <sup>13</sup>, define como receitas/despesas “Extraordinárias”, como sendo aqueles decorrentes de transações efetivadas esporadicamente ou que não revelam identidade com o objetivo específico do ramo de atividade da empresa. Cita como exemplos: receita com juros de compradores, custos referentes a descontos por antecipação de recebimentos, prejuízo com sinistros, resultados das vendas de componentes do ativo imobilizado, e outros semelhantes.

VERTES <sup>14</sup>, usa o termo “Extraoperacionais” para os resultados originados de operações secundárias, que não representam o objetivo principal da entidade. Exemplos citados pelo autor: juros de empréstimos a longo prazo, venda de valores imobiliários, venda de imobilizações usadas, alugueis recebidos, imposto predial do imóvel alugado a terceiros, e outros.

Já KOLIVER <sup>15</sup>, define como resultado não operacional o resultado

derivado de fatos ou atividades que não dizem respeito aos objetivos da empresa. Segundo ele, os resultados não operacionais nem sempre são da mesma natureza e, por isso, os dividiu em duas categorias distintas:

“Extra-operacionais” - são os resultados não relacionados com as atividades fins da empresa, mas de caráter constante. Exemplos citados: custos e receitas geradas por um imóvel que a empresa aluga, recebimento de ações por reavaliação de ativos, dividendos recebidos, e outros.

“Extraordinários” - resultados diferentes às atividades fins da empresa, mas de caráter eventual, aleatório. Exemplos: custos relativos a sinistros, resultado na venda de bens patrimoniais, seguros recebidos, e outros.

A Lei nº 6.404/76, não fornece detalhes sobre o assunto, somente menciona, no seu artigo 187, que após o resultado operacional devem aparecer as receitas e despesas não operacionais.

Após a Lei citada acima entrar em vigor, foi publicado o Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, que alterou a legislação do Imposto de Renda. O referido decreto exemplificou os eventos que seriam classificados como resultado não operacional para fins de cálculo do imposto de renda. Se enquadrariam nesta classificação, dentre outros, os resultados na alienação, inclusive por desapropriação, na baixa por perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão, ou na liquidação de bens do Ativo Permanente. Para fins fiscais, a classificação desses resultados como Não Operacionais é válida ainda hoje e a grande maioria dos autores consultados a adota. Isso pode ser constatado em MATARAZZO <sup>16</sup>, IUDÍCIBUS <sup>17</sup>, WALTER <sup>18</sup>, MARION <sup>19</sup>, MARTINS e ASSAF NETO <sup>20</sup>.

Nota-se então que a lei não foi clara quanto a definição dos resultados não operacionais. Os autores consultados possuem nomenclaturas e classificações diferenciadas e a legislação fiscal apenas salienta resultados provenientes do ativo permanente como não operacionais.



Contudo, para análise gerencial estes fatos contábeis precisam ser bem definidos, para não resultarem em informações distorcidas sobre resultados operacionais existentes.

Para BRAGA <sup>21</sup> existem procedimentos fundamentais para o desenvolvimento de uma correta análise gerencial, um deles seria reclassificar algumas contas das demonstrações, um dos exemplos seria determinar o valor tecnicamente correto do resultado operacional, onde não devem ser computados as despesas e receitas financeiras.

FRANCO H. <sup>22</sup>, acha que a estrutura da DRE para análise deve ser evidenciada conforme a Lei nº 6.404/76, apresentando os grupos gerais de despesas e receitas que contribuem para o lucro ou prejuízo operacional, grupos esses sujeitos à análise mais minuciosa.

MATARAZZO <sup>23</sup> diz que não basta retirar as despesas financeiras das operacionais para esse tipo de análise. É preciso também dar interpretação mais adequada a correção monetária. Por isso, no modelo reestruturado da DRE, do autor mantém os resultados financeiros entre os operacionais. Não entraremos em detalhes no assunto de correção pois não é nosso objeto de estudo.

Pode-se perceber que os exemplos da literatura consultada possuem diferenças e incertezas, sobre quais elementos se classificam como “não operacional”. Sendo assim o lucro operacional encontrado na demonstração de resultado de cada autor, se formará com elementos diferentes, e sem dúvida levará o leitor a encontrar resultados diversos.

Novas nomenclaturas também foram utilizadas, ocasionando com isso uma diversificação de termos contábeis.

O ponto que com certeza gera grande controvérsia é a classificação da despesa financeira como operacional ou não. Segundo BRAGA H. <sup>24</sup> os autores que discordam da classificação das despesas financeiras como operacional, alegam que os custos financeiros não são inerentes às atividades de produção e

comercialização, por isso não se poderia comparar o desempenho operacional de duas empresas do mesmo ramo, caso uma delas utilizasse onerosos recursos de financiamento. Assim, se considerar os encargos do financiamento como não operacionais, poder-se-iam comparar os custos de produção, de comercialização e administrativos. Para o autor, o grau de dependência de recursos de empréstimos das empresas é incontestável, seja por deficiência gerencial, seja por uma distorção cultural etc. Daí a inclusão dos encargos financeiros no grupo das despesas operacionais.

Tendo em vista o exposto na revisão bibliográfica classifica-se para fins de análise gerencial os resultados não relacionados com a atividade operacional da empresa, como sendo extra-operacionais, já a despesa financeira receberá outro tratamento, pois precisa-se identificar os resultados operacionais independente da estrutura financeira da empresa.

Considerando estes aspectos, no próximo capítulo apresentar-se-á a DRE reestruturada para a análise, e verificar-se-á a influência dos resultados operacionais e extra-operacionais no lucro operacional.

## **CAPÍTULO V**

### **ANÁLISE**

## 5. Análise

Como foi visto no capítulo anterior, os resultados oriundos de outras transações e as despesas financeiras devem receber um tratamento diferenciado.

A tendência é reclassificar os resultados não ligados a operação principal, como extra-operacionais. Esta classificação deve-se ao fato de que a empresa analisada precisa conhecer o resultado oriundo da atividade principal, seja ela venda de mercadorias, prestação de serviços, fabricação e revenda de produtos etc.

A despesa financeira, para a análise das demonstrações contábeis, representa o custo da estrutura de capital, isto é, esta despesa é gerada pelos empréstimos e financiamentos, portanto ligada a fonte de recursos.

Cada empresa deve ser analisada, considerando suas próprias características, como: tipo, objeto de suas operações, linhas de produtos, políticas operacionais, meio ambiente no qual opera etc. Por isso um evento de ordem financeira pode não fazer parte da operação normal de uma empresa, entretanto pode ser absolutamente normal para outra.

Analisado caso a caso e levando em conta as particularidades de cada empresa, a DRE precisa ser padronizada, ou seja, reestruturada nas suas contas principais para possibilitar a obtenção de informações precisas sobre o desempenho da empresa.

Para exemplificar o exposto acima são apresentadas a seguir:

- a Demonstração do Resultado do Exercício de dois anos consecutivos de uma empresa industrial de capital aberto de acordo com a Lei nº 6.404/76, apresentado no **Modelo 01**. Este demonstrativo foi extraído dos relatórios

fornecidos pela própria empresa, conforme apresentado no Anexo 1.

### Modelo 01

<b>COFAP - Companhia Fabricadora de Peças SA</b>		
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro		
(Em reais mil)		
	1995	1994
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>752.136</b>	<b>619.872</b>
Impostos sobre vendas e outras deduções	160.877	128.033
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>591.259</b>	<b>491.839</b>
Custo dos produtos vendidos	449.614	388.983
<b>Lucro Bruto</b>	<b>141.645</b>	<b>102.856</b>
<b>Despesas (Receitas) Operacionais</b>		
Despesas de vendas	39.397	35.167
Despesas administrativas	90.847	74.630
Honorários da administração	2.461	3.212
Despesas financeiras	35.178	45.076
Receitas financeiras	(25.787)	(47.985)
Outras despesas (receitas) operacionais	(9.376)	(31.185)
	<b>132.720</b>	<b>78.915</b>
<b>Gastos Com Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico</b>	<b>16.729</b>	<b>18.127</b>
<b>Participação nos Resultados de Controladas e Coligadas</b>	<b>(1.509)</b>	<b>729</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	<b>(9.313)</b>	<b>6.543</b>
<b>Receitas (Despesas) Não Operacionais</b>		
Ganhos (Perdas) por variação de partic. em controladas	244	(141)
Ganhos na alienação do imobilizado e outras	840	2.830
	<b>1.084</b>	<b>2.689</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda</b>	<b>(8.229)</b>	<b>9.232</b>
Imposto de renda e contribuição social	1.075	1.356
Participação dos administradores	0	151
Participação dos empregados	6.223	0
<b>Lucro (Prejuízo) Antes da Partic. Minoritária</b>	<b>(15.527)</b>	<b>7.725</b>
Participação dos minoritários	1.464	5.723
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>(16.991)</b>	<b>2.002</b>

Os valores constantes da demonstração acima, estão na mesma data focal, ou seja, corrigidos monetariamente para moeda de mesma data, 31 de dezembro de 1995.

- Demonstração do Resultado do Exercício Reestruturada, sugerida como sendo a que se adapta a este ramo de atividade, apresentada no **Modelo 02**.

### Modelo 02

<b>Demonstrativos Contábeis com Contas Reclassificadas</b>				
<b>Demonstração do Resultado do Exercício</b>				
<b>Contas</b>	<b>1995</b>		<b>1994</b>	
	<b>Valores</b>	<b>%</b>	<b>Valores</b>	<b>%</b>
Receita Operacional Líquida	591.259	100,00	491.839	100,00
Custo dos Produtos Vendidos	(449.614)	(76,04)	(388.983)	(79,09)
<b>1- Lucro Bruto</b>	<b>141.645</b>	<b>23,96</b>	<b>102.856</b>	<b>20,91</b>
Despesas com Vendas	(39.397)	(6,66)	(35.167)	(7,15)
Despesas Administrativas	(90.847)	(15,37)	(74.630)	(15,17)
Despesas Gerais	(2.461)	(0,42)	(3.212)	(0,65)
<b>2- Total das Despesas Operacionais</b>	<b>(132.705)</b>	<b>(22,44)</b>	<b>(113.009)</b>	<b>(22,98)</b>
<b>3- Lucro (Prejuízo) Operacional</b>	<b>8.940</b>	<b>1,51</b>	<b>(10.153)</b>	<b>(2,06)</b>
Receitas Patrimoniais	840	0,14	2.830	0,57
Receitas Extra-Operacionais	35.163	5,95	79.170	16,10
Despesas Extra-Operacionais	(17.994)	(3,04)	(17.539)	(3,56)
<b>4- Lucro (Prejuízo) Extra-Operacional</b>	<b>18.009</b>	<b>3,05</b>	<b>64.461</b>	<b>13,11</b>
<b>5- Lucro (Prejuízo) Investimento (3+4)</b>	<b>26.949</b>	<b>4,56</b>	<b>54.308</b>	<b>11,04</b>
<b>6- Despesas Financeiras</b>	<b>(35.178)</b>	<b>(5,95)</b>	<b>(45.076)</b>	<b>(9,16)</b>
<b>7- Lucro (Prejuízo) Antes do I.R. (5-6)</b>	<b>(8.229)</b>	<b>(1,39)</b>	<b>9.232</b>	<b>1,88</b>
<b>8- Imposto de Renda</b>	<b>(1.075)</b>	<b>(0,18)</b>	<b>(1.356)</b>	<b>(0,28)</b>
<b>9- Lucro (Prejuízo) Após I.R.(7-8)</b>	<b>(9.304)</b>	<b>(1,57)</b>	<b>7.876</b>	<b>1,60</b>
Participação Administradores	0	0,00	(151)	(0,03)
Outras Participações	(7.687)	(1,30)	(5.723)	(1,16)
<b>10- Total das Participações</b>	<b>(7.687)</b>	<b>(1,30)</b>	<b>(5.874)</b>	<b>(1,19)</b>
<b>11- Lucro (Prejuízo) Líquido</b>	<b>(16.991)</b>	<b>(2,87)</b>	<b>2.002</b>	<b>0,41</b>

Representação extraída das anotações em aula do professor Guilherme Júlio da Silva.

O exemplo mostrado acima conduz a forma de apresentar a DRE reelaborada para fins de análise gerencial.

Examinando a DRE reestruturada percebe-se que determinadas contas não sofreram modificações. Estão transcritas de acordo com a demonstração apresentada no **Modelo 01** conforme a Lei nº 6.404/76, são elas: Custo dos Produtos Vendidos, Lucro Bruto, Despesas com Vendas, Despesas Administrativas, Despesas Gerais, Imposto de Renda, Participações e Lucro Líquido.

A Receita Operacional Bruta e suas Deduções são apresentadas em uma única linha chamada Receita Operacional Líquida, evidenciando-se a receita efetivamente auferida na venda dos produtos, isto porque as deduções, que são em sua maioria impostos incidentes sobre as vendas não são recursos próprios, ou seja, a empresa torna-se mera depositária, os impostos apenas transitam pelo caixa da entidade, já as outras deduções como devoluções e abatimentos são considerados receitas não ocorridas.

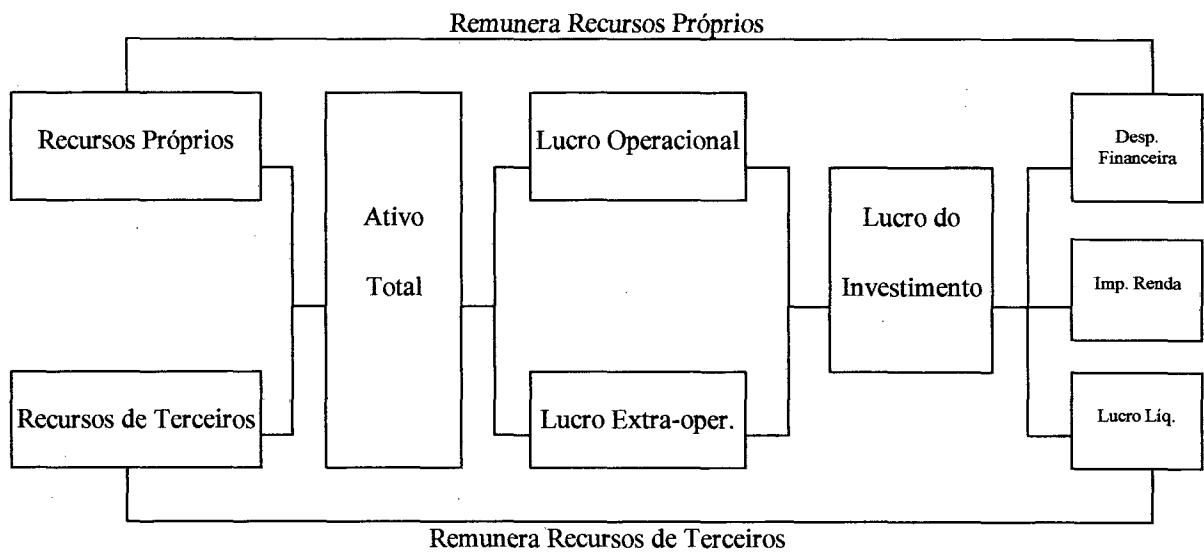
Após o Lucro Operacional, são evidenciadas as alterações mais significativas. Aparecem novas classificações e estas têm o objetivo de melhor apresentar os efeitos não operacionais que ocorreram na empresa.

Nas Receitas Patrimoniais são resumidos os ganhos na alienação do imobilizado. Já as Receitas Extra-Operacionais são resultantes do somatório das receitas financeiras e outras receitas operacionais (conforme Lei nº 6.404/76). As Despesas Extra-Operacionais resultaram dos gastos com desenvolvimento tecnológico e participação em controladas e coligadas. Os subgrupos citados foram classificados em separado do resultado operacional, devido as suas características serem diversas da atividade típica da empresa, formando o Resultado Extra-Operacional.

A pesquisa inova quanto à terminologia “Lucro do Investimento”, esta oriunda de aulas ministradas pelo professor Guilherme Júlio da Silva, na

disciplina Análise de Balanços I, do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Este “Lucro do Investimento” pode ser melhor representado e explicado da seguinte forma:



**Representação extraída das anotações em aula do professor Guilherme Júlio da Silva.**

Da união dos recursos próprios e recursos de terceiros tem-se em contrapartida o Ativo Total ou Investimento Global. Através deste a empresa realiza diversas operações, obtendo como resultado o lucro operacional e o lucro extra-operacional. A soma dos dois resultados é igual ao lucro do investimento.

No gráfico podemos observar que após o lucro do investimento há três vertentes que são: o imposto de renda que é a parcela do lucro destinado a cumprir as obrigações da empresa perante à Receita Federal; as despesas financeiras que é a parcela do lucro destinada a remunerar os capitais de terceiros; e o lucro líquido que é a remuneração dos recursos próprios da empresa.

Os recursos próprios de uma empresa provém do capital subscrito e



integralizado e os recursos de terceiros são originados de fonte externa, que constituem as exigibilidades (passivo circulante mais passivo exigível a longo prazo).

Os capitais de terceiros são recursos que apresentam como custo as despesas financeiras (juros + taxas + variações monetárias etc.). Os capitais próprios são recursos que possuem como remuneração o lucro líquido.

Para ASSAF NETO <sup>25</sup> um dos aspectos mais importantes de medição do desempenho de uma empresa, “concentra-se na comparação entre o retorno (taxa) que os ativos (investimentos) geraram em determinado período e o custo dos recursos alocados para o seu financiamento”. Evidente se a primeira taxa for maior que a segunda, é possível concluir que a empresa atingiu sua meta econômica de maximizar a rentabilidade.

A seguir evidencia-se a principal diferença em termos de informação gerencial entre os modelos (01 e 02), apresentados anteriormente.

	<b>Modelo 01</b> Lei nº 6.404/76	<b>Modelo 02</b> Gerencial
Lucro Operacional - 1994	6.543,00	(10.153,00)
Lucro Operacional - 1995	(9.313,00)	8.940,00

Como já foi visto as demonstrações financeiras devem ser preparadas para a análise, no presente estudo de caso a ênfase foi dada na identificação dos resultados das atividades operacionais. Com esse intuito realizou-se a reclassificação das contas da demonstração do resultado da COFAP - Cia. Fabricadora de Peças. O objetivo desta reestruturação é apresentar o lucro operacional real, para os usuários internos e externos tomarem as decisões referentes aos resultados encontrados.

Para o usuário interno, a avaliação do desempenho da empresa sempre será a finalidade principal. Do ponto de vista de terceiros (análise externa), o

objetivo será o conhecimento da situação financeira, para a verificação das possibilidades da empresa no retorno dos recursos cedidos, dentro dos prazos estabelecidos.

Assim pode-se destacar que o **Modelo 02** revela o que de fato ocorreu na entidade, pois conforme o **Modelo 01** (Lei nº 6.404/76) o lucro operacional sofreu distorções nos dois anos analisados. Isto deve-se ao fato que os resultados extra-operacionais influenciaram o lucro operacional.

Em síntese a finalidade da análise como instrumento de gerência consiste em proporcionar aos usuários uma visão melhor das tendências dos negócios e corrigir distorções encontradas, possibilitando a realização das metas da organização.

Levando em consideração o estudo realizado neste trabalho, considera-se a DRE apresentada no **Modelo 02**, a que de forma mais adequada evidencia a influência dos resultados originados pelas operações normais da empresa, separando os recursos de natureza extra-operacional do lucro operacional para fins de análise gerencial.

## **CAPÍTULO VI**

### **CONCLUSÕES E SUGESTÕES**

## **6. Conclusões e Sugestões**

### **6.1. Conclusões**

Esta pesquisa objetivou evidenciar a influência dos resultados extra-operacionais no lucro operacional, para fins de análise gerencial, bem como apresentar uma forma adequada de padronização da Demonstração do Resultado para uma empresa industrial, na visão de diversos estudiosos sobre o assunto.

Pelo estudo realizado, conclui-se que os resultados não relacionados com a venda de produtos, serão considerados extra-operacionais, pois estes resultados não estão intimamente ligados com a atividade principal.

As definições acima indicam que a forma mais adequada de estruturação da Demonstração do Resultado é aquela onde os “resultados operacionais” são evidenciados separadamente dos “resultados extra-operacionais”.

Em nossa abordagem as despesas financeiras também foram excluídas dos resultados operacionais, isto deve-se ao fato da entidade possuir compromissos tanto com recursos próprios como de terceiros.

Assim como o lucro líquido remunera os recursos próprios na empresa, as despesas financeiras remuneram recursos de terceiros.

Entende-se ser de fundamental importância para a administração da empresa saber os níveis de remuneração de um e outro, pois rentabilidade está associado a risco, ou seja, quando a empresa se financia com capitais de terceiros há um prazo para o desembolso e uma remuneração preestabelecida, assumindo preferência sobre qualquer distribuição de lucros aos acionistas.

Assim sendo a remuneração dos recursos de terceiros constitui-se em uma obrigação contratual e os rendimentos aos proprietários dependem do desempenho da empresa.

Em um momento difícil da empresa, o rendimento do capital próprio pode dar preferência aos encargos dos passivos, devido a necessidade de caixa.

Tais conclusões conduzem ao seguinte procedimento quando da elaboração da DRE para análise gerencial: expurgar do resultado operacional as receitas financeiras, outras receitas (despesas) operacionais e a despesa financeira.

Este procedimento permite, de forma clara, evidenciar qual o resultado operacional alcançado pelas atividades operacionais e em consequência os resultados extra-operacionais que afetam o lucro operacional.

## **6.2. Sugestões**

O desenvolvimento desse trabalho indica que algumas questões podem ser melhor exploradas em futuras pesquisas, tais como:

- a) estudos junto a usuários das Demonstrações Contábeis, sobre suas opiniões quanto a utilidade das informações contidas na Demonstração de Resultados, tal como hoje elaboradas;
- b) estudos comparativos entre empresas de ramos diferentes, através da análise da Demonstração de Resultado, para observar até que ponto o Lucro Operacional está sendo influenciado por “resultados não operacionais”.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

**cofap - companhia fabricante de peças**

COMPANHIA ABERTA - CGC 57.500.001/0001-12

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**  
(Em reais mil - Moeda Constante)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	1995	1994	1995	1994
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b> .....	<b>541.871</b>	<b>494.763</b>	<b>752.136</b>	<b>619.872</b>
Impostos sobre vendas e outras deduções .....	105.757	89.830	160.877	128.033
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> .....	<b>436.114</b>	<b>404.933</b>	<b>591.259</b>	<b>491.839</b>
Custo dos produtos vendidos .....	341.772	331.980	449.614	388.983
<b>LUCRO BRUTO</b> .....	<b>94.342</b>	<b>72.953</b>	<b>141.645</b>	<b>102.856</b>
<b>DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS</b>				
Despesas de vendas .....	28.093	26.631	39.397	35.167
Despesas administrativas .....	65.762	49.886	90.847	74.630
Honorários da administração .....	1.811	2.199	2.461	3.212
Despesas financeiras .....	9.877	14.106	35.178	45.076
Receitas financeiras .....	(16.991)	(4.224)	(25.787)	(47.965)
Outras despesas (receitas) operacionais .....	(3.839)	1.080	(9.376)	(31.185)
	<b>84.713</b>	<b>89.678</b>	<b>132.720</b>	<b>78.915</b>
<b>GASTOS COM PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO</b> .....	<b>16.689</b>	<b>18.094</b>	<b>16.729</b>	<b>18.127</b>
<b>PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DE CONTROLADAS E COLIGADAS</b> .....	<b>(3.474)</b>	<b>35.656</b>	<b>(1.509)</b>	<b>729</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b> .....	<b>(10.534)</b>	<b>837</b>	<b>(9.313)</b>	<b>6.543</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) NÃO OPERACIONAIS</b>				
Ganhos (Perdas) por variação de participação em controladas .....	244	(181)	244	(141)
Ganhos na alienação do imobilizado e outras .....	94	857	840	2.830
	<b>338</b>	<b>676</b>	<b>1.084</b>	<b>2.689</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA</b> .....	<b>(10.196)</b>	<b>1.513</b>	<b>(8.229)</b>	<b>9.232</b>
Imposto de renda e contribuição social .....	-	-	1.075	1.356
Participação dos administradores .....	-	151	-	151
Participação dos empregados .....	5.955	-	6.223	-
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b> .....	<b>(16.151)</b>	<b>1.362</b>	<b>(15.527)</b>	<b>7.725</b>
Participação dos minoritários .....	-	-	1.464	5.723
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b> .....	<b>(16.151)</b>	<b>1.362</b>	<b>(16.991)</b>	<b>2.002</b>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações em circulação (22.973 mil ações em 31.12.95) .....	(0,70)	0,06		
				Em R\$ 1,00

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**Notas de Rodapé**



### Referências Bibliográficas - Notas de Rodapé

- <sup>1</sup> MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 3ª. ed. São Paulo; Atlas, 1995. p.30.
- <sup>2</sup> MATARAZZO, p. 47-48
- <sup>3</sup> MATARAZZO, p. 69-76.
- <sup>4</sup> SCARPARO, Antônio Sidnei; PEREIRA, Plínio Edegar. **Análise econômica e financeira**. Porto Alegre; 1977. p. 45.
- <sup>5</sup> MATARAZZO, p. 145.
- <sup>6</sup> SCARPARO e PEREIRA, p. 58.
- <sup>7</sup> VERTES, Alexandre. **Estrutura análise e interpretação de balanços**. Porto Alegre: Unisinos, 1972. p. 342.
- <sup>8</sup> STEINSTRASSER, Albino M. **Estrutura e análise de balanços**. 3ª ed. rev. e ampliada. Porto Alegre: Sulina, 1971. p. 45.
- <sup>9</sup> WALTER, Milton Augusto. **Introdução a análise de balanço**. Vol. I Texto. 5ª. ed. São Paulo; Saraiva, 1986. p. 66.
- <sup>10</sup> HERRMANN JÚNIOR, Frederico. **Análise de balanços para a administração financeira: análise econômica e financeira do capital das empresas**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 1973. p. 105-106.
- <sup>11</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 140.
- <sup>12</sup> BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989. p. 149.
- <sup>13</sup> STEINSTRASSER, p. 43-72.
- <sup>14</sup> VERTES, p. 338-340.

- <sup>15</sup> KOLIVER, Olivio. **O balanço de resultados das empresas industriais, diante da análise externa.** Porto Alegre: Staff, 1973. Dissertação (Doutorado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. p. 91-97.
- <sup>16</sup> MATARAZZO, p. 75.
- <sup>17</sup> IUDÍCIBUS, p. 70.
- <sup>18</sup> WALTER, p. 48.
- <sup>19</sup> MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial.** 4<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 1991. p. 115.
- <sup>20</sup> ASSAF NETO, Alexandre; MARTINS, Eliseu. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias.** São Paulo: Atlas, 1986. p. 77.
- <sup>21</sup> BRAGA, p. 142.
- <sup>22</sup> FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova lei das S.A.** 13<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 1978. p. 138.
- <sup>23</sup> MATARAZZO, p. 73.
- <sup>24</sup> BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação.** São Paulo: Atlas, 1987. p. 80.
- <sup>25</sup> ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico - financeiro.** 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 1987. p. 44.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Consolidação de demonstrações financeiras: equivalência patrimonial, conversão de demonstrações financeiras em moeda estrangeira**. São Paulo: Atlas, 1986.
- ANDERSEN, Arthur. **Normas e práticas contábeis no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1990.
- ANTHONY, Robert Newton. **Contabilidade gerencial: uma introdução à contabilidade**. Tradução: Luiz Aparecido Caruso. São Paulo: Atlas, 1976.
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico - financeiro**. 3ª. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- ASSAF NETO, Alexandre; MARTINS, Eliseu. **Administração financeira: as finanças das empresas sob condições inflacionárias**. São Paulo: Atlas, 1986.
- BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações financeiras: estrutura, análise e interpretação**. São Paulo: Atlas, 1987.
- BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 1989.

BRASIL, Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações.

BRASIL, Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Estruturação de demonstrações contábeis.** 2ª. ed. Brasília: 1993.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços.** 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 1969.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços: de acordo com a nova lei das S.A.** 13ª. ed. São Paulo: Atlas, 1978.

HERRMANN JÚNIOR, Frederico. **Análise de balanços para a administração financeira: análise econômica e financeira do capital das empresas.** 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 1973.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços.** 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades.** 3ª. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 1990.

KOLIVER, Olivio. **O balanço de resultados das empresas industriais, diante da análise externa.** Porto Alegre: Staff, 1973. Dissertação (Doutorado em

Ciências Contábeis) - Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARTINS, Eliseu. **Análise da correção monetária das demonstrações financeiras: implicações no lucro e na alavancagem financeira**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

MARTINS, Eliseu; ASSAF NETO, Alexandre. **Administração financeira: as finanças da empresas sob condições inflacionarias**. São Paulo: Atlas, 1986.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 3ª. ed. São Paulo; Atlas, 1995.

PAIS, Paulo Roberto Tavares. **Manual das sociedades anônimas**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1981.

PETERS, Robert A. **Retorno do investimento: teoria aplicada e novos conceitos**. Tradução: W. G. Binns. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1977.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso superior de análise de balanços**. Vol. II. 3ª. ed. São Paulo; Atlas, 1969.

SÁ, Antônio Lopes de. **Introdução à análise dos balanços**. Rio de Janeiro; Tecnoprint, 1981.

SANTI FILHO, Armando de; OLINQUEVITCH, José Leoônidas. **Análise de balanços para controle gerencial: enfoque sobre o fluxo de recursos e previsão de rentabilidade.** 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

SCARPARO, Antônio Sidnei; PEREIRA, Plínio Edegar. **Análise econômica e financeira.** Porto Alegre; 1977.

STEINSTRASSER, Albino M. **Estrutura e análise de balanços.** 3<sup>a</sup> ed. rev. e ampliada. Porto Alegre: Sulina, 1971.

VERTES, Alexandre. **Estrutura análise e interpretação de balanços.** Porto Alegre: Unisinos, 1972.

WALTER, Milton Augusto. **Introdução a análise de balanço.** Vol. I Texto. 5<sup>a</sup>. ed. São Paulo; Saraiva, 1986.

WALTER, Milton Augusto; BRAGA, Hugo Rocha. **Uma iniciação à análise das demonstrações contábeis.** Rio de Janeiro: ASSEMP - Editorial, 1978.